

Os Outros dos Outros: os Kanamari no Vale do Javari.

Luiz Costa

Museu Nacional – UFRJ

Pesquisador Associado - CTI

Fevereiro de 2006

Juruá, Itaquai e Javari

Os Kanamari, falantes de línguas katukina, conhecem o alto rio Itaquai há muito tempo, mas provavelmente só o vieram a ocupar de forma definitiva a partir do fim dos anos de 1930. Foi nessa época que Ioho, um homem do sub-grupo kanamari dos Kadyikiri-dyapa, o “povo do Macaco de Cheiro”, levou algumas pessoas para o Itaquai partindo do igarapé Boto, afluente do seu alto curso. Vendo que lá não havia padrões Kariwa (Branco), resolveram ficar e convidaram também alguns Bin-dyapa, “povo do Mutum”, do São Vicente, afluente do médio curso do rio Juruá, que por lá se instalaram nos anos de 1940. Dizem ainda que antes deste movimento já havia uma aldeia Kanamari dentro do rio Pedra, afluente do Itaquai, do qual hoje só restam suas capoeiras, muito a montante, e não mais visitadas por eles.

Segundo contam, a divindade Tamakori, após criar os Kanamari, partiu para Manaus e os deixou vivendo nos afluentes do médio curso do rio Juruá, do qual eles são provavelmente os ocupantes mais antigos. Cada sub-grupo estaria localizado em um afluente ou trecho de afluente, casando-se preferencialmente de forma endogâmica e realizando visitas mútuas. Estes sub-grupos se encontravam sobre a liderança de um ou mais chefes, divididos em aldeias situadas não só na calha principal destes afluentes mas também em pequenos igarapés e se articulavam internamente por relações de consanguinidade e afinidade efetiva. Entre os sub-grupos, que falavam idiomas mutuamente compreensíveis, vigiam relações de –tawari, caracterizadas por parcerias comerciais, trocas rituais e, eventualmente, casamentos. Estas relações eram sempre e necessariamente ambíguas, podendo atualizar possíveis tensões entre os –dyapa e também servir

como caminho para acusações de feitiçaria. Uma outra face desta ambiguidade aparecia nas brigas ritualizadas de couro de peixe-boi, praticadas principalmente entre pessoas de sub-grupos distintos. Tais lutas, porém, eram também praticadas contra os Kulina (Arawá) do Juruá, povo que dizem ter sido criado após um equívoco de Kirak, irmão trickster do Criador, e que são tidos como uma espécie de –tawari potencializados dos Kanamari. Nessas ocasiões, os sub-grupos reuniam-se para visitar aldeias kulina durante festas de cauinagem. Distantes dos Kulina, e a montante dos Kanamari, viviam os temíveis Dyapa, termo genérico para povos falantes de línguas pano, com os quais nenhuma relação social à exceção de guerra era possível.

Os Brancos foram também criados por Tamakori, mas em Manaus. Os Kanamari do Itaquá contam diversas histórias sobre a chegada do primeiro Kariwa no Juruá, homem que chamam de Jarado. Ele teria subido o rio a partir de Manaus marcando territórios para a implementação de futuras colocações para a extração de seringa. Não chegou a visitar uma aldeia kanamari, mas foi recebido pelos Potyo-dyapa, “o povo do Japó”, na boca do Igarapé Maloca. Estes lhe levaram carne moqueada e caiçuma, que ele retribuiu com anzóis e linha de pesca. Assim o primeiro Branco foi recebido e agiu como um –tawari, mantendo uma distância das aldeias Potyo-dyapa e instaurando uma relação de troca. Muitos Brancos seguiram Jarado, cuja chegada inaugura um período que os Kanamari chamam de ‘O Tempo da Borracha’ e que se segue diretamente do período instaurado pelo Criador, chamado de ‘O Tempo de Tamakori’.

Mas se Jarado agiu como um bom –tawari, o mesmo não pode ser dito dos Brancos que o seguiram. Inicialmente os Kanamari parecem não ter trabalhado no corte da seringa, mantendo apenas relações comerciais com os patrões situados na calha principal do Juruá. Continuavam então a viver em suas malocas, nos mesmo afluentes em que se encontravam quando da chegada de Jarado. Com o tempo, a relação com os patrões se tornou um aspecto importante da chefia Kanamari, pois cabia ao chefe articular as relações de troca com eles e distribuir a

mercadoria recebida. A palavra Kanamari para ‘chefe’, -warah, é a mesma que para ‘corpo’: assim como o corpo dá alguma estabilidade à alma, que sem corpo é completamente nômade, uma das funções do chefe é dar alguma estabilidade à mobilidade, constante e diversa, das pessoas Kanamari. A presença desses novos –tawari, porém, acoplada à morte de alguns chefes importantes, ensejou um processo de mobilidade mais intensa que alguns Kanamari tentaram controlar por meio da instalação em seringais e do trabalho mais ou menos permanente com os patrões Brancos. O aspecto que os Kanamari mais realçam deste período é a gradual dispersão das unidades locais –dyapa, que saem de seus territórios, dando início a uma nova dinâmica de intercasamentos entre sub-grupos, dissolvendo assim a configuração social postulada pelos Kanamari para ‘O Tempo de Tamakori’

Foi através e contra esse processo que alguns Kanamari dos afluentes da margem esquerda do Juruá, onde hoje fica a Terra Indígena Mawetek, migraram permanentemente para o Itaquai, após uma briga com um patrão no Juruá. Aos Kadyikiri-dyapa e Bin-dyapa seguiram alguns Potyo-dyapa do igarapé Maloca e também os Wadyo Teknim-dyapa, “Povo do Macaco Prego”. Com o tempo vieram outros. Inicialmente constituíram duas aglomerações de aldeias no alto curso do Itaquai e mantiveram um fluxo constante de visitas com os que ficaram no Juruá. Porém, a morte de dois chefes nas décadas de 1950-60 (o próprio Ioho e Dyaho), bem como a chegada de novos patrões (seringueiros e madeireiros) ao Itaquai dão início a um novo processo de dispersão. Os Kadyikiri-dyapa partem, em sua maioria, para o rio Curuçá acompanhando um patrão, e de lá para o médio Javari. Muitos Bin-dyapa voltam para o São Vicente após brigas e outros Kanamari se estabelecem nas colocações ou nas “propriedades” de patrões locais. Os invasores se apossaram das terras em que os Kanamari viviam, circunscrevendo suas aldeias a um curto trecho do rio, o que ajudou a potencializar as tensões internas. O Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Vale do Javari, onde hoje se situa todo o rio Itaquai, estima que, em 1998, viviam neste rio e em seus

afluentes 31 famílias não-índias, compondo uma população de 216 pessoas. Os Kanamari dizem que, neste período, viviam “no meio dos Brancos”.

No início de 1972, porém, é instalado perto da boca do Rio Branco, no médio Itaquai, o PIA Marubo, que visava um possível contato com os Korubo. Neste mesmo ano, como dizem os Kanamari, a Funai chegou para eles através da pessoa de Sebastião Amâncio da Costa, conhecido regionalmente como Sabá Manso, o então chefe da BFSOL, a Base Avançada do Solimões. A “chegada de Sabá” é um evento de proporções épicas para os Kanamari e que, assim como as chegadas de Tamakori e Jarado, instaura um novo período, denominado por eles de “O Tempo da Funai”. Os Brancos teriam tentado enganar Sabá, dizendo-lhe que não havia índios no alto Itaquai. Poroya, um homem do “Povo do Mutum”, no entanto, teria sido informado sobre a chegada do “Inspetor dos Índios” e pediu a uma mulher Kariwa que lhe escrevesse um ‘documento’ que ele levou ao Posto. Ao ler o documento, Sabá soube da existência dos Kanamari não muito longe dali. Teria, então, empreendido uma viagem de deslizador, com Poroya, até as aldeias Kanamari, onde comeu carne de caça com eles, bebeu caçuma e assistiu ao ritual Kohana. Ao contrário de Jarado, Sabá não é chamado pelo termo de afinidade potencial, -tawari, e não estabelece uma relação comercial propriamente dita: ele inicia o processo de remoção dos ocupantes não indígenas, cancela as “dívidas” que os Kanamari tinham com seus patrões e inaugura, em 1973, o Subposto Massapê para atender os Kanamari. Ele distribui mercadoria, em quantidades nunca antes recebida pelos Kanamari e recebe em troca couro de caça e artesanato. Pede-lhes que não lhe levem madeira ou seringa. Diz que, a partir de então, é somente a ele que devem entregar sua “produção”. Por fim, nomeia uma série de novos chefes, suprimindo assim o vácuo deixado com as mortes de Ioho e Dyaho.

Sabá estabelece, assim, relações muito diferentes daquelas iniciadas por Jarado. Em vez de trazer os Brancos, inicia o processo de sua retirada; não estabelece relações comerciais longe das aldeias Kanamari, vai às próprias

aldeias, bebe caiçuma e come com eles; em vez de trocas comerciais, distribui mercadoria pedindo apenas que os Kanamari lhe dêem algum produto de suas roças e caça; e em vez de trabalhar seringa, repudia o seu comércio. Ele instaura novos chefes, mas na verdade, ao agir como um, estabelece-se a si mesmo, e depois de sua ausência à Funai, como chefe dos Kanamari. Daí por que a Funai não é chamada –tawari, mas sim de tyo-warah, “nosso corpo-chefe”. A Funai é um chefe que não responde aos patrões locais, mas sim ao “Governo” da distante Brasília, terra de onde vêm as mercadorias, e a cujo poder os patrões, contra suas vontades, se submetem.

O que não significa, é claro, que tudo são flores na relação dos Kanamari com a Funai. Para eles, a Funai que seguiu às investidas de Sabá foi menos generosa e nem sempre se mostrou um bom chefe. Em 1975, o Subposto de Massapê foi desativado. Pouco depois alguns Kanamari tentaram abrir uma nova aldeia perto do PIA Marubo, pois com a proibição do trânsito de regatões no Itaquai e a ausência da Funai não tinham acesso às mercadorias. Mas a Funai não os quis lá e inicia um processo de tentar levar todos os Kanamari do Itaquai para São Luís, aldeia kanamari no médio Javari, alegando que o alto Itaquai ficava longe demais da cidade de Atalaia do Norte para prestar-lhes assistência (cerca de cinco dias em motor-de-rabeta). A maioria dos moradores do Itaquai atendeu o pedido da Funai, iniciando assim mais um movimento para um novo rio seguindo seu chefe. Mas a tentativa de viverem todos juntos em um único lugar não deu certo e após um ano muitos voltaram para o Itaquai. Lá tentariam ainda uma vez, durante a década de 1980, viverem juntos perto do reativado PI Massapê, um período que lembram com ambigüidade, pois embora a Funai tivesse voltado a distribuir fartas quantidades de mercadoria, as tensões geradas pela convivência ampliada se mostraram insuperáveis. Com a inauguração de Frente de Proteção Etno-ambiental do Vale do Javari (FPEVJ) em 1996, na confluência dos rios Itaquai e Ituí, para coibir a entrada de pessoas não autorizadas, e com a progressiva remoção dos moradores Brancos, terminada em 2001 (ano da homologação da Terra Indígena Vale do

Javari), os Kanamari iniciam um processo de distanciamento entre os sub-grupos, buscando uma configuração sócio-espacial similar àquela que vigorava nos afluentes do Juruá. Hoje, existem 12 aldeias no Itaquai que se dividem, mais ou menos, em um conjunto Kadyikiri-dyapa a montante, um Bin-dyapa no meio, onde fica Massapé, e um Potyo-dyapa a jusante, até o igarapé Bananeira. A área abaixo do Rio Branco não é ocupada pelos Kanamari que a consideram terra dos Korubo, embora por ela passem com frequência a caminho de Atalaia do Norte.

### No Vale do Javari

É impossível saber a população total dos Kanamari contando os habitantes de todas as áreas em que eles vivem por falta de dados recentes de outras regiões. Em 2000 esse número era de aproximadamente 1500 pessoas, das quais 548 viviam na Terra Indígena do Vale do Javari, incluindo os altos cursos do Itaquai e Jutai, o médio Javari e o baixo Curuçá.

Tampouco me é possível oferecer um número aproximado de todos os Kanamari que vivem hoje na Terra Indígena do Vale do Javari, por não ter realizado nenhum trabalho nos rios Javari, Curuçá e Jutai. O censo mais recente do Itaquai, de fevereiro de 2005, é de 494 pessoas neste rio.

Os Kanamari que vivem nos rios Itaquai e Javari, na Terra Indígena Vale do Javari, falam, como vimos, uma língua katukina e provêm, originalmente, dos afluentes da margem esquerda do médio Juruá. No Vale do Javari, no entanto, vivem e convivem com povos falantes de línguas pano, principalmente os Marubo, Matis e Mayoruna (Matses), que vivem nos rios Itui, Curuçá, Javari e Jaquirana. O Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), organização indígena que representa todos esses povos, é e sempre foi presidida pelos Marubo do Curuçá, sendo cada povo representado por um conselheiro.

O movimento iniciado por Sabá Manso levou também aos Kanamari uma série de Brancos diferentes dos que conheciam antes: gente da Funai, Funasa, FPEVJ e Prefeitura de Atalaia do Norte que atuaram na vida dos Kanamari nos

últimos cinco anos, alguns, como chefe de posto, enfermeiros e antropólogo, vivendo com eles por períodos prolongados, não mais distante como os patrões de outrora, mas em suas aldeias.

Contudo, o que qualquer pessoa ao chegar em Atalaia interessada em informações sobre os Kanamari logo descobre é o lugar marginal que ocupam na economia local de todas essas organizações. Uma conversa informal na cidade revela a difusão de uma imagem de índios bêbados, aculturados, ladrões e preguiçosos – estigmas que os caracterizam na região a pelo menos 30 anos. Quando cheguei pela primeira vez em Atalaia, em 2002, índios de outras etnias e funcionários da Funasa me disseram que eu passaria fome nas aldeias, pois “os Kanamari não fazem roças”, que seria roubado e que passaria o dia vendo índios alcoolizados brigando entre si. Ouvi várias comunicações por rádio em que alguns funcionários destas instituições menosprezavam os Kanamari, dizendo que “é tudo ladrão mesmo” e que “a vida do Kanamari é só beber cachaça”. Como basta chegar numa aldeia kanamari para ver que nada disso é verdade, a questão que se coloca é por quê essa imagem se perpetua e por quê esses índios são discriminados, tanto por alguns Brancos que trabalham para órgãos governamentais que deveriam assistir-lhes, quanto por alguns outros índios que atuam na política indigenista a nível local e nacional.

O que se nota, em vez, ao chegar no Itaquai, é a ampla inoperância destas organizações junto a eles. Em abril de 2002 pude assistir a um exemplo local de um problema difundido por todo o Vale do Javari: os trabalhos de construção do Pólo Base da Funasa em Massapé, feito de alvenaria e com trabalho contratado entre os Kanamari e Brancos de Atalaia. Aos que trabalharam foi prometido pagamento através do convênio entre a Funasa e o Civaja, mas eles nunca foram pagos (assim como não o foram os trabalhadores não-índios), apesar do trabalho ter impossibilitado muitos de fazerem roçados durante aquele ano. A construção do Pólo Base foi abandonada, deixando na aldeia apenas uma estrutura de uma casa praticamente inutilizável. Só em 2004 a ‘farmácia’ foi transferida para a única parte

do Pólo Base que poderia ser usada, por estar fechada com tijolos e coberto por telhas.

As aldeias em todo o Vale do Javari comunicam por rádio questões de saúde com a sede da Funasa em Atalaia. O Itaquai é hoje o único rio em que não há sequer um rádio de comunicação em funcionamento cedido pela Funasa. O único rádio é da Funai e fica no Posto em Massapê, mas a distância desta de outras aldeias é grande, podendo levar até um dia de motor-de-rabeta (quando há gasolina). Em 2002, alguns funcionários da Funasa em Atalaia diziam sequer saber que existia mais de uma aldeia kanamari no Itaquai, apesar de algumas, como o Remansinho e o Kumaru, já existirem há pelo menos cinco anos. O mesmo ocorreu com as aldeias Kanamari no Javari, que ficaram cerca de dois anos sem nenhum rádio. Hoje há um em São Luís embora não haja uma bateria para operá-lo. Esta situação difere bastante das de outras etnias onde mesmo aldeias pequenas têm rádio. Em 2005, quando a aldeia matís do Aurélio se dividiu em duas, um rádio foi imediatamente instalado na nova aldeia. As Kanamari, no entanto, continuam esperando.

Não existe, nem nunca existiu, uma escola construída pelo município. Quando lá cheguei, em 2002, havia apenas uma velha escola construída com a ajuda do chefe de posto da Funai. Em 2005, cansados de esperar, os Kanamari construíram sua própria escola em Massapê com os meios que possuíam. Reconhecem que a construção não é muito adequada e ainda aguardam a edificação de uma nova. Existem professores indígenas e aulas regulares em Massapê e no Remansinho, onde os alunos estudam na casa do professor por falta de uma escola.

A imagem difundida dos Kanamari continua sendo a de incapazes, em tudo. Em 2004-2005 uma série de mortes de crianças, por causas desconhecidas, levou a Funasa, após uma curta viagem para o Itaquai, a concluir que os índios estavam sub-nutridos, uma 'constatação' que foi inclusive divulgada na imprensa nacional. Inicia-se uma 'missão' emergencial, envolvendo um médico, uma nutricionista, e

muito leite em pó. A conclusão apressada nunca foi questionada. Não cuidaram de averiguar as causas, da diarreia e vômitos, tão comuns entre as crianças que bebem água sem tratamento, devido a não instalação dos poços artesianos que faziam parte do projeto do Pólo Base. Tampouco se detiveram na prevalência de doenças como hepatite B, já constatadas em outras partes do Vale do Javari. Também não cogitaram atribuir o problema à epidemia de rota-vírus no sul do Amazonas, que inclui a região do Juruá com a qual os Kanamari mantêm contato intenso (ver FSP 24-9-@). A divulgação dessas conclusões na cidade de Atalaia e na imprensa só ajudou a reforçar os estereótipos sobre os Kanamari: para muitos, era evidente que eles não sabiam se alimentar. Para os próprios, a ‘sub-nutrição’ deles não passava de mais uma estratégia para marginalizá-los, o que em nada ajudou a já instável relação deles com as entidades que operam na região.

Em 2005, finalmente, houve uma viagem para a coleta de sangue visando uma sorologia completa dos Kanamari. Não foi fácil: os Kanamari associam o sangue à alma e questionavam o porquê dos Kariwa quererem o deles. Para poder melhorar o tratamento que lhes é fornecido, foi a resposta. Mas, lembram os Kanamari, o sangue deles já havia sido coletado no passado e nunca receberam os resultados destes exames. Mas desta vez seria diferente e em não menos de “15 dias” os resultados estariam com a Funasa de Atalaia. Passou-se muito mais do que este tempo e até hoje não há nada. Existem boatos de que os resultados parciais, ou parte dos resultados, já estão em Atalaia, e inclusive fala-se em um ou outro caso comprovado de hepatite B entre os Kanamari, mas a Funasa não se sentiu na obrigação de conversar com eles sobre isso nem de, por enquanto, tomar alguma atitude concreta. Enquanto isso, muitas doenças hoje são atribuídas pelos índios ao ‘sangue que os Kariwa levaram’.

Talvez a parte mais visível do legado de Sabá tenha sido a gradual retirada dos moradores não-índigenas do Itaquai e a proibição da entrada de pessoas não-autorizadas acima da confluência com o Ituí, reforçada pela vigilância regular realizada pela FPEVJ. Os resultados iniciais deste processo foram

impressionantes: deu mais espaço aos Kanamari, permitindo-lhes reconfigurar a distância entre suas aldeias; permitiu que aumentassem em muito o tamanho de suas roças; e aumentou a quantidade de carne de caça em sua dieta, para falar só de algumas mudanças. Em termos gerais, essa situação ainda vigora. No entanto, nos últimos dois anos, os Kanamari têm reportado repetidas invasões de caçadores e pescadores na região entre o rio Branco e o Ituí. Recentemente apreenderam uma grande quantidade de carne de pirarucu junto a alguns deles. Entre janeiro e março de 2005 pude também observar uma tendência preocupante. O Itaquai é ligado a alguns afluentes do médio Juruá por uma série de varadouros através dos quais os Kanamari se comunicam e que vêm sendo usados como 'passagem' entre comunidades não-indígenas do médio Juruá e a cidade de Atalaia do Norte. Em um caso, uma família chegou do Juruá com uma autorização da Funai de Ipixuna para poder passar pela FPEVJ, em outros moradores de Atalaia passaram alegando serem Kulina do Juruá. Alguns desses ficaram cerca de uma semana na aldeia Kumaru no Itaquai e, segundo os habitantes de lá, mantiveram relações sexuais com mulheres Kanamari. Uma situação particularmente tensa foi a chegada do Juruá de um homem que teria, anos atrás, fugido da cadeia de Atalaia do Norte e agora pretendia voltar. Os Kanamari contavam que esse homem vivia no Itaquai e teria, inclusive, matado um deles no rio Pedra.

Como vimos, os Kanamari no Vale do Javari não vivem somente no rio Itaquai. Escrevi aqui um pouco sobre a história e a situação deles no Curuçá e no médio Javari, embora não possa entrar em detalhes sobre as repetidas invasões de suas terras, que se situam em sua maioria na faixa de fronteira com o Peru, pois jamais lá estive. Existem também muitos Kanamari vivendo no alto curso do rio Jutai, conhecidos pelos do Itaquai como os Kotya-dyapa, "povo da Lontra", sobre o qual ninguém em Atalaia sabe muita coisa. O Jutai deságua no Solimões e não no Javari e sua boca fica longe demais das aldeias Kanamari. Quando precisam ir a uma cidade, esses Kanamari vão por terra à Eirunepé, no Juruá.

Existem ainda os Tsohonwak-dyapa, “povo do Tucano”, Kanamari isolados que habitam o interflúvio do Jutai-Jandiatuba e mantêm algum contato com os Kanamari do Jutai. Em reportagem d’O Estado de São Paulo de 24 de novembro de 2002 lemos que a expedição da Funai no mesmo ano esteve em aldeias kanamari do alto Jutai. O jornalista responsável pela matéria caracteriza a relação destes com os isolados como uma de “senhores” e “escravos”. Os Tsohonwak-dyapa viveriam sob regime de escravidão, “atraídos pelo sal”, enquanto os “senhores” kanamari “aculturados [...] há muito perderam os costumes primitivos de coleta de alimentos e não têm dinheiro para comprar espingardas e machados, objetos introduzidos pelos kariwás (brancos). Então obrigam os ‘parentes amansados’ a plantar, caçar e pescar em troca de sal” (OESP 24-11-02). Não tenho como fazer maiores comentários sobre essa reportagem, que em sua maioria parece reproduzir certos estereótipos (chama as aldeias do Itaquai, por exemplo, de “pobres”). Os Kanamari do Itaquai que estiveram no Jutai falam de inter-casamentos entre os grupos – inclusive de situações em que homens do alto Jutai se mudaram para as aldeias Tsohonwak-dyapa – mas nada sobre ‘escravidão’, palavra, aliás, que lhes é estranha. Limite-me a dizer que sobre a situação dos Tsohonwak-dyapa sabemos menos ainda.

Em termos gerais a situação precária da saúde e da educação entre os Kanamari não seria excepcional: afinal, a situação de todo o Vale do Javari, apesar dos esforços, é difícil. O que é específico ao caso dos Kanamari é o preconceito e o menosprezo de pelo menos parte de todas as organizações que atuam com eles. É difícil exprimir tanto o sentimento de frustração dos Kanamari quanto o caráter das situações concretas de discriminação, pois estas permeiam todo o contato entre eles e os outros, índios ou não. Considerados incapazes e preguiçosos demais para se articularem, bêbados demais para se alimentarem, atrasados demais para entenderem e ingênuos demais para terem opinião própria, seguem sendo postos para escanteio, silenciados e ignorados e, por meio disso, controlados, tanto por aqueles Brancos que lhes deveriam prestar uma assistência

não-discriminatória quanto por aqueles índios que os deveriam representar perante estas organizações. Cansados e fartos, resolveram, com dizem, 'acordar'. Em 2005, se reuniram para deixar clara a posição unânime e, é desnecessário dizer, articulada dos chefes kanamari quanto a algumas mudanças que eram promovidas na administração regional da Funai à revelia deles. A partir desta experiência começam a tomar passos concretos para a formação de uma organização Kanamari que possa não só reforçar a posição deles junto ao Civaja, mas também permitir com que eles mesmos ajam em seu próprio benefício.

Talvez só assim as organizações indígenas do Vale do Javari entendam que eles são diferentes mas não incapazes, e os Kariwa entendam que esses outros dos outros também precisam ser escutados.

